



CIDADE E PATRIMÔNIO: RELAÇÕES DE SENTIDO, MEMÓRIA

Ana Luiza Artiaga R. da Motta¹

Ana Maria Di Renzo²

Sandra Raquel de A. Cabral Hayashida³

Introdução

Este trabalho, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT) e do Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional/PDCTR/CNPq, tem como objetivo compreender a relação sujeito/espço/memória, pelo discurso de tombo do Centro Histórico da cidade de Cáceres-MT, produzido em 2010, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN.

Fundada em 1778, por Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, a cidade de Cáceres é considerada o Portal de entrada do Pantanal. A cidade tem a sua historicidade política adensada em relação ao rio Paraguai, o qual serviu como meio de transporte fluvial para a chegada dos colonizadores, bem como para a expansão do território mato-grossense (Mendes,1998).

Em 2010, o tombo do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico acende à cidade as práticas de leitura e ensino que converge sobre as majestosas construções arquitetônicas que remontam meados do século XIX e XX. Pela linguagem verbal e imagem recorta-se a cidade que se dá a ler. Nesse sentido, “produz um efeito - insere por seu gesto a memória em uma atualidade” (Orlandi, 2011, p.55).

A cidade, enquanto o corpo significativo (Orlandi, 2004), produto do capitalismo (Lefebvre, 2001), expõe-se ao olhar do outro, ao consumo em seus mais variados sentidos e reverbera em espaços de leitura, logo, à interpretação. Assim, interessa-nos compreender as relações de sentidos que entrecruzam o Grupo Escolar e a cidade enquanto patrimônio tombado; ao que mobilizaremos o conceito teórico de memória institucional (arquivo) e o conceito de memória discursiva (interdiscurso).

Desenvolvimento

Conforme Rolnik (1999, p. 13), as cidades têm as suas marcas que “agem sobre a inércia dos edifícios e das tradições”. Diz, ainda, que se pode captar esse movimento de diferentes formas: pela história

¹ Doutora em Linguística. Professora da Unemat. Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Linguística/Unemat. Pesquisadora/bolsista do Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional PDCTR/CNPq.

² Doutora em Linguística. Professora da Unemat. Credenciada nos programas de Pós-Graduação em Linguística da Unemat e Mestrado Profissional em Letras – ProfLetras, Unidade/Unemat/Cáceres-MT.

³ Doutora em Linguística. Professora aposentada da Unemat.



social, pelo sujeito que a constitui, pela cultura e “através da história de sua arquitetura e urbanismo, em uma cartografia de sua geografia construída pelo homem” (Rolnik, 1999, p.13). Em Cáceres, nos casarios do Centro Histórico no alto da porta principal, há a data de construção e as iniciais do nome do proprietário. Uma simetria na inscrição de data/nome que o particulariza e movimenta sentidos em relação à política nacional.

Netto (2009, p.10) diz que a “grande obra da arquitetura ou da urbanística”, por vezes, não é vista. Mas, para o autor, essa linguagem é sentida, sobretudo, pelo diálogo que o sujeito estabelece com a cidade, com o espaço que o circunda. Diríamos, então, que a linguagem urbanística se dá a ler, constrói sentidos, produz efeitos de sentido entre os interlocutores pelo que ela (a cidade) contém também aquilo que lhe é dito como falta, mas que, contrariamente, constitui a significância urbanística (Calvino, 1990).

Ainda, segundo Netto (2009, p. 11), há duas unidades sintagmáticas que podem “decompor a linguagem da arquitetura (e da urbanística): o discurso primeiro do espaço em si mesmo (o discurso do arranjo espacial) e o discurso estético do espaço (o arranjo espacial sob uma forma artística)”. No caso de Cáceres, os elementos dessa linguagem do arquitetônico, na paisagem urbana, é instituído pelo processo de tombamento. Ou seja, como um modo de preservar o patrimônio, o estético, conforme Portaria IPHAN nº 6, de 20 de janeiro de 2022, cujas tipologias se expressam em estilos: colonial, eclético, neoclássico e art déco. A arquitetura, resultante do próprio processo migratório, produz como efeito de sentido o intercâmbio cultural que se vislumbra em arte na construção, como fato memorável do país, já que as linhas, traços e estilos remetem às distintas condições da construção civil da época no Brasil.

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, institui o tombamento como algo necessário para a nação e a todos os povos dar a conhecer. Na Constituição Federal (CF) de 1988, em seus artigos 215 e 216, toma amplitude as questões culturais: bens materiais e imateriais como Patrimônio Cultural.

O Estado, no Art. 215, diz à nação que “garantirá a todos” o direito as manifestações culturais. Em continuidade, o Art. 216 pontua que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial”. Trata-se de uma autonomização política de dizer e se fazer cumprir que todo conjunto entendido como “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” são de valia de “acautelamento e preservação” enquanto memória.

A memória, do ponto de vista em que se filia este estudo (Pêcheux, 1999, p.50), não é entendida como psicologizante, como sendo memória individual ou coletiva de um determinado grupo. Mas, a memória como aquela em que se institui uma significância sócio-histórica e política que entrecruza sentidos à materialidade discursiva. Isto é, aquilo que surge face à materialidade “como acontecimento a ler, vem estabelecer os ‘implícitos’” (Pêcheux, 1999, p. 52). Tem-se, nesse movimento de leitura e interpretação, o efeito do pré-construído, aquilo que fala antes, mas que significa na discursividade (Henry, 1993). É dessa forma que entendemos o Patrimônio Público como memória. Ou seja, considerando os sentidos que os entrecruzam.



No discurso do Estado, nos artigos 215 e 216 da CF, é possível depreender como a lei inscreve, ao fio do discurso, a projeção imaginária do sujeito-de-direito. Ela administra, pelo simbólico, as relações sociais, os sentidos permitidos e proibidos (Motta, 2011). Assim, a questão que incide a nossa reflexão é: como a imagem (Figura 1), faz significar a relação cidade x Grupo Escolar – a escola? A imagem (Figura 1) traz a fachada do prédio do Grupo Escolar Esperidião Marques, em Cáceres.

Figura 1 – Prédio do Grupo Escola Esperidião Marques



Fonte: Acervo pessoal (2025)

O aspecto arquitetônico do prédio (Figura 1), construído para funcionar o Grupo Escolar, tem o atravessamento ideológico do período republicano de 1889. É um objeto de arte e este quando questionado, pensado pelo discurso que faz emergir as redes de memória da escola com a cidade, produz um efeito na cidade, na atualidade (Orlandi, 2011).

A imagem (Figura 1) nos possibilita pensar, tal como formulou Barbai (2009) no artigo “Ver no já visto: imagem e filiação”, o modo como a *escritura da imagem* que se flagra é descortinada quando questionada pelo discurso. Nesse âmbito, a imagem fotográfica não é concebida de forma plana, mas porosa, imersa a uma conjuntura sócio-histórica e política, redes de filiações que têm a ver com as formações ideológicas. Para Pêcheux (1999, p. 52), a questão da imagem é tomada “como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto, surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ [...]”. Isto é, a fotografia dá a conhecer uma imagem, produz um efeito no social pela memória que a atravessa e que necessita compreendê-la pelas entradas que a materialidade permite.

Entendemos que a arte arquitetural tem uma espessura semântica que a recobre, de forma que, o que lhe dá significância não é evidente à estampa da arte, mas tão somente quando interrogado no/pelo conjunto sócio-histórico e político que o recorta. Para Orlandi (2011), a arte é denominada de “objeto memorial”, que faz movimentar a memória, o acontecimento do político na materialidade. Todavia, pelo efeito da ideologia, produz-se a naturalização sobre a materialidade e a memória que a constitui, tornando-se opaca. Logo, não se questiona. De forma que não se trata de estudar a “representatividade” da



arquitetura da escola, mas trazer/fazer da arte na linguagem arquitetônica a estrutura da instituição de ensino uma “arqueologia” do saber.

A data de 1913, circunscrita na porta central do prédio da instituição (Figura 1), demarca o início da construção do “Grupo Escolar Esperidião Marques”, na cidade de Cáceres/MT, o qual foi concluído em 1920. Porém, somente em junho de 1924, a escola é nomeada com o nome de “Grupo Escolar Esperidião Marques” em homenagem ao Sr. Manuel Esperidião Marques, ilustre cidadão mato-grossense, nascido em Poconé - MT, em 1858. O nome “Grupo Escolar Esperidião Marques” se manteve até 1978, e, posteriormente, foi denominado de “Escola Estadual Esperidião Marques” (Silva, 2011, p. 115). Na atualidade, desde 2021, funciona nesse prédio, a escola municipal Duque de Caxias. Assim, “A unidade do Estado se materializa nas diferentes instâncias institucionais, de que faz parte a construção da unidade da língua. De um saber sobre a língua e dos meios de sua transmissão – a fundação das Escolas e o estabelecimento dos programas de ensino” (Orlandi, 2000, p. 30).

A edificação do Grupo Escolar (1913), no interior de Mato Grosso, início do século XIX, tem a sua significância em relação às políticas da nação. Dito de outra forma, a construção da escola inscreve a cidade nas políticas de ensino, de escolarização do país. Relações políticas que demandam, no social, uma intervenção em práticas de ensino de acesso à escola tal como as demais cidades do país. Um modo de dar unidade à língua nacional.

A construção dos grupos escolares “representou uma preocupação das administrações dos Estados” (Bencosta, 2005, p. 102). Diante disso, podemos dizer que a construção do estabelecimento denominado de Grupo Escolar, no interior do estado de Mato Grosso, remete à política de nação. Trata-se de uma política de Estado no período Republicano de expansão das escolas no interior do Brasil, tal como havia em São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo Leite (2018, p. 127), “A criação do Grupo faz parte de uma política de governo de estado que projetou a criação de oito escolas nas cidades consideradas mais prósperas no estado de Mato Grosso (no caso Cuiabá, Campo Grande, São Luiz de Cáceres, Corumbá, Poconé e Rosário Oeste)”.

A política nacional de construção dos grupos escolares se dá de uma forma modelar, no padrão do arquitetônico. A instituição escolar, mostrada na Figura 1, ostenta a ideologia dominante e, aos olhos do cidadão, isto passa, por vezes, de forma naturalizada diante da arte. Todavia, a arte diz sobre um acontecimento de linguagem que se significa no tempo e no espaço e que não faz esquecer a memória nacional (Orlandi, 2011). Ou seja, há uma filiação de sentidos que entrecruza a padronização arquitetônica do “Grupo Escolar”, em que se institui a política de alfabetização, de escolarização do sujeito. Como diz Di Renzo (2014), sobre o surgimento dos grandes colégios. A autora os apresenta *como um fato que produz um acontecimento*, pontua que é através da institucionalização de um certo espaço e de suas políticas que se vai produzindo *um certo modo de compreender como a relação com a língua nacional e seu ‘ensino’ se constituem*. Assim, Di Renzo (2014) explicita a *concepção de sujeito e do saber que sobre essa língua se constitui*.



Desse modo, entendemos que a materialidade simbólica joga em relação à memória estruturada que remete àquilo que se esquece – o interdiscurso. A imagem do patrimônio cultural, parte do Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico tombado, tem a sua imponência na cidade, ou seja, permite pelo movimento da leitura, que se acesse os sentidos que a atravessam enquanto materialidade simbólica, criando um ir e vir entre a memória estruturada pelo esquecimento, que é o interdiscurso, e a memória institucional (arquivo) (Orlandi, 2011).

O prédio do Grupo Escolar datado de 1913, patrimônio tombado pelo IPHAN, em 2010, é uma memória institucional, de arquivo, um acervo. O arquivo aqui é tomado como uma memória institucionalizada, enquanto o interdiscurso como a memória constitutiva (Orlandi, 1999).

Em seus estudos sobre a cidade, Orlandi (2004) discute sobre o apagamento que a urbanidade, o discurso urbano produz em relação ao real da cidade, o corpo significativo. A partir dos trabalhos dessa autora, é possível compreender que o discurso da urbanidade homogeneiza o modo de significar a cidade (Orlandi, 2004, p. 34), embora na urbanidade da cidade, os espaços se expõem ao olhar do outro, a interpretação.

Conclusão

Dessa forma, nos é caro pensar, a partir da imagem, o movimento político, o processo do ensino que perpassa a instituição do Grupo Escolar em relação à cidade de Cáceres, meados do século XIX. Esse movimento marca o país. No contemporâneo, essa construção é retomada pelo IPHAN em uma identidade nacional que faz emergir a estrutura modelar de ensino/arquitetura. Na atualidade, essa construção tombada pelo IPHAN, em uma identidade nacional de preservação do patrimônio cultural, faz emergir uma nova leitura em face a sociedade. Ou seja, nessa estrutura arquitetônica está em funcionamento a escola municipal Duque de Caxias. Há, desse modo, uma memória dentro de outra memória que coabitam esse espaço arquitetônico de ensino.

Podemos dizer que a imagem da instituição de ensino tombado pelo IPHAN, como patrimônio público, é um acontecimento que maximiza a questão da preservação do bem público como também coloca em relevo a significância política do patrimônio tombado pelo que se dá a ler a/na cidade. Aqui, lembramos Calvino (2005) que ao falar sobre as cidades diz, em outras palavras, que a cidade é mediada em seu espaço pelos acontecimentos.

REFERÊNCIAS

- BARBAI, Marco Aurélio. **Ver no já visto: imagem e filiação.** Disponível em: http://w3.ufsm.br/hipersaberes/volumell/textos_pdf/. Acesso em: 30. abr. 2025.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1998.



BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 19 jan. 2024.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Portaria IPHAN, nº 6 de 20 de janeiro de 2022.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/594>. Acesso em: 19 jan. 2024.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar.** São Paulo: Cortez, 2002.

CALVINO, I. **As Cidades Invisíveis.** Trad. Diogo Mainard. SP: Companhia das Letras, 1990.

DI RENZO, Ana Maria. Escola e a formação de políticas linguísticas. **Letras**, n. 48, p. 39-52, 2014.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus Municípios.** Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação, Buriti, 2001.

HENRY, P. Apêndice: Sentido, Sujeito, Origem. In: ORLANDI, Eni P. **Discurso Fundador:** a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993

JEAN-JACQUES, C. O Chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina L. (org.). **Os Múltiplos Territórios da Análise de Discurso.** Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à Cidade.** Trad. Rubens Eduardo frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Maria Solange Sá. **A Cidade de Cáceres/MT e o seu Patrimônio Cultural:** Produção de um guia didático-histórico. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/431766>. Acesso em: 15 maio 2025.

MOTTA, A. L. A.R. Planejamento urbano: a voz da cidade. In: DI RENZO, Ana Maria; MOTTA, Ana Luiza A. R.; OLIVEIRA, Tania Pitombo (org.). **Linguagem, história & Memória:** discurso em movimento. Campinas: Pontes Editores, 2011.

MENDES, Natalino Ferreira. **Memória Cacerense.** Cáceres: Carlini e Carlinato, 1998.

NETO, Teixeira Coelho. **A construção do sentido na arquitetura.** São Paulo: Perspectiva, 2009.

ORLANDI, E. P. **Interpretação:** autoria leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni P. N/O limiar da cidade. **RUA**, Campinas, v. 5, p. 7-19, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640678>. Acesso em: 24 fev. 2025.

ORLANDI, E. P. **Cidade dos Sentidos.** Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. Documentário: Acontecimento discursivo, memória e interpretação. In: ZANDWAIS, Ana & ROMÃO, Lúcia M. S. **Leituras do Político.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da Memória.** Campinas: Pontes, 1999, p. 49-58.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1999.

SILVA, A. C. **Grupo Escolar Esperidião Marques:** uma contribuição para os estudos das instituições escolares em Mato Grosso 1910 – 1947. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2011.